



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 23 | Jul./Dez. de 2020

**Bruno Soares Moreno**

*Universidade Estadual Vale do Acaraú / UVA.*

*email@email.com.br*

## FAMÍLIA E PODER NO CEARÁ: uma abordagem histórica (1830-1846).

---

### RESUMO

O presente trabalho investiga a atuação da família Mourão no vasto território denominado Vila Nova D`ell Rei, que fazia parte da Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, onde atualmente estão situados os municípios de Ipu e Guaraciaba do Norte. De acordo com o historiador Pe. Francisco Sadoc, na segunda metade do século XIX, o referido território tornou-se palco de conflitos entre os clãs familiares e o governo imperial.

**Palavras-chave:** Família. Poder. História. Violência.

## FAMILY AND POWER IN CEARÁ: a historical approach (1830-1846)

---

### ABSTRACT

The present work investigates the performance of the Mourão family in the vast territory called Vila Nova D`ell Rei, which was part of the Parish of São Gonçalo da Serra dos Cocos, where the municipalities of Ipu and Guaraciaba do Norte are currently located. According to the historian Fr. Francisco Sadoc, in the second half of the 19th century, that territory became the scene of conflicts between family clans and the imperial government

**Keywords:** Family. Power. History. Violence.

## Introdução

A espinha dorsal desse trabalho é a história da família Mourão, na Serra da Ibiapaba e sertão próximo, entre os anos 1830-1846. De acordo com o historiador Francisco Sadoc, em *História religiosa de Guaraciaba do Norte* (1988), esse intervalo de dezesseis anos foram os mais violentos e conturbados da história dessa família. Daremos destaque a três episódios. O primeiro foi o tiroteio que aconteceu na véspera do Natal, em 1830, entre Antonio Mourão e Vicente da Caminhadeira; o segundo, o confronto entre os Mourão e Joaquim de Menezes, no ano de 1833, na fazenda do senhor Sales e, o terceiro, a invasão da cadeia de Vila Nova de Ipu Grande, no ano de 1846.

Mas, por que a violência foi uma prática tão constante nesse contexto? Era uma prática apenas das famílias ou o Estado também se utilizou desse instrumento? Os Mourão eram realmente desordeiros ou esse era um discurso do Estado para disciplinar os interiores do estado? Que outros aspectos podem ser notados nessas histórias?

O objetivo desse trabalho é discutir os conflitos políticos que envolveram a família Mourão e governo provincial, na disputa pelo poder local, durante o período regencial.

Os memorialistas foram as nossas principais fontes. De acordo com Patrícia Pereira Porto (2011), ao usarmos a memória como uma fonte para pesquisa historiográfica, é necessário que haja um prévio conhecimento de que o sujeito, ao contar sua história, utiliza-se de mecanismo que se coloca dentro da respectiva lembrança, e que há fatores externos que contribuem para descaracterizar o que foi vivido pelo sujeito e de como ele lembra do passado. Como o processo de esquecimento e o próprio meio em que está inserido, estes processos tendem a deixar a memória dos acontecimentos vividos tendenciosos, ao serem contados.

A construção do conhecimento histórico, portanto, deve ser trabalhado em cima destes processos de quem narra, pois, ao narrar o memorialista traz resquícios do passado vivido. No que tange a maneira como é contada, Márcia Santos diz que o historiador deve ter a sensibilidade (SANTOS, 2007) de saber o que está sendo proposta pelo narrador, e o que se pretende com o discurso, pois o discurso viaja entre as imagens da imaginação e da memória (PEREIRA PORTO, 2011).

As memórias de Alexandre Mourão e Ximenes Aragão, sujeitos da época que descrevem foram fundamentais para compreensão da história do seu tempo, mas também um grande desafio para o trabalho historiográfico, que precisa separar a história que o narrador viveu da que ele gostaria de ter vivido; a memória que ele quer que seja

esquecida, daquela que ele quer que seja lembrada. Outras obras da historiografia local foram imprescindíveis para a execução desse projeto: Francisco Sadoc, Nertan Macedo, Reginaldo Alves, Raimundo Araújo e Otaviano Vieira Júnior.

### **A Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos**

Devido às desavenças entre os jesuítas da Missão vinda do Maranhão, que promoviam na serra grande a catequese aos índios desde o século XVII e os padres subordinados ao Curato da Ribeira do Acaraú, vindo das Missões de Pernambuco,<sup>1</sup> foi criada uma divisão na serra, hoje conhecida de Ibiapaba; a linha divisória seria o rio Inhuçu.<sup>2</sup> Feita a divisão para terminar o conflito entre as duas missões que queriam catequizar os índios na região, ficou denominado que o norte da serra se chamaria de Ibiapaba e o sul, Serra dos Cocos, ambas pertencentes a cada uma das jurisdições.

Mas de acordo com Sadoc de Araújo, este marco divisório não resolveu os conflitos já que os Jesuítas estavam avançando, além da demarcação feita. Por isso na década de 1720 o Frei José da Madre de Deus, ficou responsável de pedir ao Capitão José de Araújo Chaves, dono de um vasto território na região norte, um pedaço de terra para a construção de uma capela. Não revidando o pedido, cedeu um terreno na serra e outro no sertão. Mas como a ordem vinda do Curato do Acaraú era fazer uma capela na serra para evitar o avanço dos jesuítas, a prioridade do Frei José da Madre de Deus foi construir a capela na serra, sendo São Gonçalo do Amarante o orago<sup>3</sup> escolhido pelo doador do terreno, José de Araújo Chaves, para ser o protetor da capela (ARAÚJO, 1988).

No ano de 1733, quando a capela de São Gonçalo do Amarante, estava em construção houve um problema com o responsável pela obra, o então Frei José da Madre de Deus. Segundo padre Sadoc, este recebeu uma Carta Régia pedindo a sua prisão por desatino<sup>4</sup> feito no interior da Capitania do Siará Grande. Como também há a versão de que o referido Frei saiu do local fugido das perseguições cometidas pelos jesuítas.<sup>5</sup> É confuso o motivo da saída do Frei, que deixou a capelinha inacabada.

---

<sup>1</sup> Ver: [amoscanomeupao.blogspot.com/2013\\_06\\_01\\_archive.html](http://amoscanomeupao.blogspot.com/2013_06_01_archive.html). Acesso 24/01/2016.

<sup>2</sup> Este rio passava pelo território dos municípios de Carnaubal e São Benedito.

<sup>3</sup> Santo escolhido para ser o protetor da capela ou igreja.

<sup>4</sup> Falta, ou perda de tino. Ação desacertada. Segundo o dicionário da língua brasileira, publicado em 1832, encontrado no site: [www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br). Acesso em 21/6/2017.

<sup>5</sup> Ver: <http://www.paroquiadeipu.com/p/historico.html>. Acesso em 21/04/2016.

No máximo, os devotos podiam confessar-se e comungar uma vez por ano, quando pela capela passava um padre que ministrava a “desobriga”, aproveitando também o ensejo para realizar todos os batismos, crismas e casamentos necessários. Diz-se que era comum as crianças batizarem-se com até doze anos de idade em alguns pontos da Serra dos Cocos, [...]<sup>6</sup>.

Passados vinte e quatro anos depois da construção da capela de São Gonçalo do Amarante, em 30 de agosto de 1757, o bispo de Pernambuco D. Francisco Xavier Aranha, dividiu o Curato da Ribeira do Acaraú em quatro freguesias distintas: Nossa Senhora da Conceição de Amontada, Santo Antônio de Pádua do Coreau, Nossa Senhora da Conceição da Caiçara (atual Sobral) e por último a Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, a qual vamos estudar. A Freguesia de Vila Real de Viçosa, já havia sido criada em 7 de julho do mesmo ano (ARAÚJO, 1988).

A Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos era um território vasto, compreendia uma extensão de quarenta léguas<sup>7</sup>, abrangendo tanto uma parte da serra como do sertão. Ganhando o nome de Serra dos Cocos por haver muitas palmeiras<sup>8</sup> de coco babaçu, na região. Sua extensão se estendia ao norte, até o rio Inhuçu; a leste, até a barra do rio Macaco; ao sul até os sertões de Crateús e a oeste até na fronteira de Piauí (ARAÚJO, 1988). Os atuais municípios: Ipueiras, Guaraciaba do Norte, Ipu, Poranga, Itaporanga, Nova Russas, Ararendá, Tamboril, Hidrolândia, Reriutaba, Croata e Monsenhor Tabosa,<sup>9</sup> foram criados dentro do território da Freguesia de São Gonçalo. Esses núcleos populacionais posteriormente se tornaram vilas independentes, como foi o caso de Vila Nova D’El-Rei, atual Guaraciaba do Norte.

Sobre as origens de Guaraciaba do Norte, Pe. Sadoc dá a seguinte explicação: em 1791, é “criada a Vila Nova d’El-Rei [...] o novo município continuou a depender religiosamente da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, enquanto esta começou a depender civilmente da câmara daquela vila” (ARAÚJO, 1988, p. 57), ou seja, a freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos era o espaço religioso (atualmente a diocese), enquanto Vila Nova D’El-Rei era o núcleo político administrativo, o que hoje chamaríamos de município.

Vila Nova D’El-Rei antes do alvará de 12 de maio de 1791, era um povoado sem importância na região, as terras pertenciam a fazendeiros do sertão (ARAÚJO, 1988), haviam raras casas e era um local de descanso para os padres, que vinham das

<sup>6</sup> Ver: [www.paroquiadeipu.com/p/historico.html](http://www.paroquiadeipu.com/p/historico.html) visitado no dia 21/04/2016.

<sup>7</sup> Ver: [www.paroquiadeipu.com/p/historico.html](http://www.paroquiadeipu.com/p/historico.html) visitado no dia 21/04/2016.

<sup>8</sup> Documentário - A Matriz de São Gonçalo da Serra dos Cocos, produzido pelos alunos do curso de História-IFETE-7º período-Ipueiras-Ceará.

<sup>9</sup> Ver: [www.paroquiadeipu.com/p/historico.html](http://www.paroquiadeipu.com/p/historico.html) visitado no dia 21/04/2016.

redondezas, como da Vila Real de Viçosa e da Caiçara (atual Sobral) para celebrarem missa no povoado de Matriz, na Serra dos Cocos. Devido o percurso ser cansativo e duradouro para os padres que vinham montados em burros e cavalos, o local passou a ser usado para descanso destes, por ser um ponto estratégico, entre a Freguesia de Caiçara e a Vila Real de Viçosa<sup>10</sup>. O local passou a ter residências peculiares.

Pe. Felipe Dias Santiago, por ter um terreno na região e por administrar os sacramentos nas redondezas, visitava o local frequentemente, desde a década de 1740, e por haver algumas casas de famílias que moravam ali, posteriormente veio a residir em sua propriedade na redondeza. O mesmo teria solicitado ao Pe. Antônio Tomás da Serra, o primeiro vigário da Freguesia de São Gonçalo, autorização para construir uma capela (ARAÚJO, 1988). O pedido foi concedido e a obra começou no ano de 1760, e no ano seguinte, 1761, foi celebrada a primeira missa na capela, sendo a padroeira Nossa Senhora dos Prazeres (LIRA, 2016).

Numa região próxima, no sopé da Serra, estava formando-se uma vila que ainda não representava importância para a região. Eusébio de Sousa (1915), ao escrever a história de Ipu em 1915, comenta que no século XVII, Dona Joana Paula Vieira Mimosa recebeu uma doação real de vinte léguas da corte de Portugal. Esta porção de terra recebida por D. Mimosa serviria como um local estratégico para construir uma capela, no intuito de contribuir na catequização dos índios que descia a serra.

Nesta porção de terra foi construída uma capela dedicada ao São Sebastião, e aos poucos foram sendo construídas casas ao redor da capelinha, que religiosamente era subordinada a freguesia de São Gonçalo. Posteriormente a 1791, como era uma vila pequena, veio a ser dependente politicamente de Vila Nova D'El-Rei. Em 1840 pela Lei nº 200 de 26 de agosto, por motivos que irão ser apresentados e discutidos mais adiante, a Vila Nova perde a importância de núcleo político da região. Transferido o núcleo político para Vila Nova de Ipu Grande, nome este, dado a pequena vila, revogada pela Lei nº 230 de 12 de janeiro de 1841 (MENEZES, 1965).

### **O poder da família na vila**

De acordo com o historiador Raimundo Alves (2011), no século XIX, no Ceará não havia um controle político administrativo da capital sobre o interior, as vilas existentes eram governadas por famílias de grande destaque na região, com a criação de fazendas

---

<sup>10</sup> [www.paroquiadeipu.com/p/historico.html](http://www.paroquiadeipu.com/p/historico.html) visitado no dia 21/04/2016.

com o objetivo de servirem de abrigo e de engorda para a boiada, que percorriam um longo caminho pelo interior até chegar em Pernambuco ou Bahia, na segunda metade do século XVIII (VIEIRA, 2004). As mesmas, enriqueceram e tornaram-se a elite da região, com um alto poder aquisitivo em terras e uma grande parcela de parentes.

Com a criação dos partidos políticos, os homens de negócios se envolveram com a política, e nesse contexto as famílias mais numerosas e abastadas, donas de fazendas e terras em outros estados, beneficiaram-se com a administração das vilas e se apossaram da política local (ARAÚJO, 2012), como fica explícito no trecho abaixo:

Com a vigência de novas instituições políticas no Brasil imperial, os fazendeiros passam a se integrar nas facções e partidos, tomando parte no processo eleitoral e na disputa do poder provincial e local. [...]. Por conta disso, as chefias político-partidárias permaneceram, durante o império, nas mãos dos representantes de poderosos clãs familiares e fazendeiros (CORDEIRO, 200, p. 140).

Com a institucionalização dos partidos, as rivalidades entre famílias se estenderam à vida partidária, com a filiação em partidos opositores. De um lado, o partido Liberal; e do outro, o Conservador. Os liberais foram apelidados de *Chimangos* e os conservadores, de *Caranguejos*. Após a institucionalização dos partidos no interior vindo da capital, Fortaleza tem uma representatividade no panorama da vila, fragilizando as famílias abastadas quando havia a mudança de partido político na gestão do governo. Nessa mudança de partidos na conjuntura política, conseqüentemente, a família que estava na governança da vila era substituída pela família da oposição (ARAÚJO, 2012).

Quem estava na administração das vilas que se denominavam autoridades e se apossavam dos cargos, por vínculos familiares, muitas vezes não tinha capacidade para administrar e além do mais usava a repressão para controlar a administração. Famílias rivais e de partidos da oposição, quando ganhavam a administração dentro da vila, na oportunidade, passavam a perseguir e prender a família deposta do poder.

Os Mourão, os Melo, os Feitosa, os Galvão, os Paula Pessoa, os Gomes Parentes, os Pompeu Brasil, os Alencar, os Araújo Salles, entre outras famílias de grande prestígio social, tiveram uma participação muito forte nas relações de poder no interior do Ceará oitocentista. Nestas famílias, segundo Otaviano Vieira Júnior (2004), mantinha-se uma forte tendência de casar entre os próprios membros, como também com outras famílias de grande prestígio social, isso fica explícito no trecho a seguir, quando são apresentadas as referidas famílias:

Muitas vezes, um casamento ou o batismo de uma criança fazia de duas famílias um só grupo político, agindo conjuntamente para dominarem municípios, territórios e populações estabelecidas nestes espaços, [...] Cada grupo, encastelado em suas terras, eram cristalizações mais densas que compunham a imensa “manta de relações parentais” que se estendia por todo o território da província do Ceará do século XIX (ARAÚJO, 2011, p. 40).

Os Mourão e os Melo, eram parentes próximos, pois, os irmãos Sebastião Ribeiro Melo e Alexandre da Silva Mourão eram netos do Antônio da Silva Mourão<sup>11</sup>, que contribuíram para engrandecer a rede familiar entre estas duas famílias, que habitavam a região de São Gonçalo da Serra dos Cocos. O matrimônio era essencial para manter o prestígio social e manter a relação de poder dentro da província. Este costume, de haver parentesco em diversos lugares, era também uma maneira de segurança, digamos assim, para os parentes que estavam à procura de inimigos ou quando estes estavam sendo perseguidos. As casas dos parentes serviam como abrigos ou esconderijos. Um bom exemplo dessas redes familiares, bastante consistente, era os Mourão (ARAÚJO, 2012).

O historiador Raimundo de Araújo na sua dissertação de Mestrado faz uma ponderação interessante sobre a cultura sertaneja daquela época. De que havia um código de honra do homem ser o cabra macho, de ser o responsável pela casa, pela família, ser valente, andar sempre armado e ser agressivo para com quem lhe provocasse. Era comum haver acertos de contas através de perseguições de mortes, devido desentendimentos entre homens ou encomendas. No trecho abaixo é apresentado esta cultura:

Postulamos em nosso trabalho uma tese: antes da afirmação do poder central sobre os espaços e os costumes da região aludida, havia uma espécie de “ética pré-civilizada” — chamamo-la convencionalmente de “código de honra” do “cabra-macho”, por não achar terminologia mais adequada —, que sancionava a violência individual e a agressividade como parâmetros de virtude pessoal para a normatização da sociedade. [...] (ARAÚJO, 2011, p. 13).

Outro ponto interessante daquela época estava no reconhecimento de ser, de pertencer, ou seja, a influência da família era que definia a identidade local e não a ideia de pertencimento territorial como um sentimento de nação, até porque de acordo com o autor não existia esta ideia de nacionalidade:

É possível mesmo que, neste ambiente interiorano prevalecesse a “identidade de família”, ou uma identidade de grupo parental, ao invés da identidade cívica ou nacional/provincial. Dizer-se “-Eu sou dos Paula Pessoa de Sobral”, ou “dos

---

<sup>11</sup> O primeiro Mourão a morar no Ceará, vindo de Pernambuco, segundo Nertan Macedo em *O Bacamarte dos Mourões* (1966).

*Pompeu Brasil de Santa Quitéria*, dos *“Alencar do Cariri”*, ou ainda *“gente dos Araújo Salles do Tamboril”* etc., teria muito mais força identitária do que se dizer brasileiro ou cearense naqueles sertões de então. Nas vastidões dos territórios distantes da capital, reinava quase incontestemente a autoridade informal dos senhores da terra e de seus exércitos de parentes e aderentes congregados (ARAÚJO, 2011, p. 25).

O historiador Reginaldo de Araújo (2012), também apresenta um conceito importante: a “moral das fazendas”, que quer dizer que o dono da fazenda era responsável pela segurança da visita ou convidado, pois caso houvesse insegurança era como se o dono da casa perdesse a moral de ser o homem cabra macho e valente do sertão; como também havia vínculos de compromisso mútuo, no apadrinhamento. A imagem abaixo tem a finalidade de reforçar o que já foi discutido acima, como também de trazer um pouco das características do homem valente da época oitocentista, com o bacamarte em suas mãos.

**Figura 1** – Imagem do homem do interior com seu bacamarte, no séc. XIX.



**Fonte:** Obra de autoria de Raimundo Alves. Disponível em [www.mouraoecompainha.com.br/](http://www.mouraoecompainha.com.br/) visitado no dia 25/08/2016.

Vieira Jr. (Op. Cit. p. 172) cita que “nas vestes dos sertanejos, além dos obrigatórios acessórios de couro, as armas integravam traje do dia-a-dia. Facas – como ‘parnaíbas’ e ‘catanas’, ou armas de pólvoras – como bacamarte e pistolas eram signos

da sua belicosidade. [...]”. Naquela época, os homens usavam seus utensílios, para andarem em todos os lugares. Esses utensílios faziam parte da sua vestimenta.

Nesse período os Mourão são citados como promotores de muitas desavenças por invadir fazendas e tirar a moral do dono desta, como aconteceu no ano 1833, em que os Mourão invadiram a fazenda do senhor Sales e cercaram a casa deste por cinco dias atrás de um visitante conhecido por Menezes. Os seus cercos eram sempre com um grande número de membros da família ou capangas, isto contribuía para a fama de ter muitos inimigos.

No que tange a influência da parentela na política, a família Mourão teve participação na Câmara Municipal. Alexandre da Silva Mourão “foi presidente da Câmara de Ipu, [...], delegado de polícia e capitão de cavalaria do Município de Villa Nova” (ARAÚJO, 2011, p. 29-30). Era muito comum a família ascender ao poder e ter cargos importantes dentro da vila, conforme seu desejo.

Quando um membro da família subia ao cargo de presidente da câmara era feito uma limpeza dos outros cargos importantes e colocados familiares nesses cargos, como coronel, juiz, delegado, entre outros. Como na primeira metade do século XIX não havia fiscalização e a influência da capital, Fortaleza, não funcionavam no interior, essas pessoas de famílias poderosas podiam exercer os cargos de destaque dentro da Vila, sem ao menos ter uma educação letrada, por vezes. Isso possibilitava que quando um político fosse julgado e preso pela justiça, os respectivos parentes que estavam no cargo da administração abrandavam a punição dos julgados, contribuindo para este cometer outros delitos, como afirma Raimundo Araújo (2011)<sup>12</sup>.

## A regência

O período de atuação da família Mourão era o momento regencial, período em que Dom Pedro I, abdicou seu trono para voltar a Portugal, na tentativa de reivindicar o trono português (ARAÚJO *et al.*, 2015). Como seu filho, que era o futuro imperador pela linha sucessora, estava apenas com cinco anos de idade, não podia governar, sendo assim, a governança ficou a cargo dos regentes, até o futuro imperador ter a idade certa para poder exercer o seu poder.

---

<sup>12</sup> No subitem 1.1 *Família parental: o centro do poder político nos sertões do Ceará da metade do Século XX*, da sua dissertação o autor discute a relação do poder familiar de dentro da vila, da governança parental ser a maneira de poder julgar brandamente os parentes e condenar os inimigos. Os cargos importantes dentro da vila não eram bem vistos se fosse ocupado por pessoas vindas da capital, no caso seriam intrusas e tinha dificuldades de exercer o seu trabalho diante do poder da parentela.

Nesse período que durou nove anos, de 1831 a 1840, o panorama político, em nível nacional não estava estabilizado, havia intensos conflitos, pois havia os partidos Conservador e o Liberal à frente da regência, e isto trazia uma inquietação grande na maneira de administrar devido a discrepância de ideias entre os dois partidos (ARAÚJO *et al.*, 2015).

O Partido Liberal defendia a eliminação do poder Moderador e de outras instituições centralistas, ou seja, descentralizar o poder, dando mais autonomia às províncias. Já o Partido Conservador, defendia o Estado Unitário, defendendo a ideia de que para o bem da organização político-administrativa, o poder central devia exercer o poder sobre as províncias (SILVA; FELDMAN, 2010). Esse clima de desavenças entre os dois projetos de governo criou uma situação favorável às revoltas populares que defendiam o desmembramento das províncias da Corte.

Segundo Airton de Farias (2004), as províncias foram deixadas ao esquecimento no sistema monárquico, como simples divisões territoriais, sem uma organização administrativa de qualidade. Na regência, estas tiveram oportunidade de serem reconhecidas como setores importantes para a organização da política nacional. Em 1834, a constituição federal criada em 1824, foi reformulada pelo Ato Adicional, trazendo consequências positivas para as províncias. Foram concedidos os orçamentos próprios, e os presidentes provinciais obtiveram o poder de nomear e transferir funcionários públicos. O que não mudou foi que os presidentes das províncias continuaram a ser indicados pelo governo central. Essas pessoas eram escolhidas de outras regiões, representando uma força externa a estas disputas locais (ARAÚJO, 2012).

Contrariando essa regra, José Martiniano de Alencar foi o único presidente da província do Ceará a ser nomeado ao cargo, sendo natural da mesma, em seu primeiro mandato (1834-1837). Com a ajuda do Regente Diogo Antônio Feijó e do Ministro da Fazenda Manuel do Nascimento de Castro e Silva ambos amigos de Martiniano e ligados ao governo da Corte, houve um fortalecimento do Partido Liberal na referida província (ARAÚJO, 2012).

Ainda nesse período regencial, foi institucionalizado os partidos políticos no interior das províncias, dando respaldo ao poder institucional dentro das vilas, já que até então a capital tinha pouco poder político no interior. De acordo com Farias, na província do Ceará o Partido Conservador reunia, em princípio, comerciantes, militares e fazendeiros, tendo pouca expressividade na política cearense um certo período na década de 1830. Já os Liberais eram liderados pelo presidente Pe. José Martiniano de

Alencar, e junto com ele, importantes famílias latifundiárias cearenses, as quais fizeram parte dos movimentos de 1817 e 1824 (FARIAS, 2004).

Os regentes tiraram o poder dos oficiais portugueses nomeados por D. Pedro I, para enfraquecer as forças armadas, para darem poder a Guarda Nacional, mais precisamente ao Juiz de Paz, na tentativa de evitarem rebeliões que agravassem o cenário político, como é explicitado no trecho abaixo:

[...] o comando permaneceu nas mãos das autoridades locais. Pelo código do processo, promulgado em 1832, a polícia ficava subordinada às autoridades judiciárias, mais especificamente ao juiz de paz. O comando direto das companhias então formadas era entregue às altas patentes militares oriundos das tropas de linhas. Será somente com a lei da reforma de 1841 que as forças policiais passarão ao controle centralizado do chefe de polícia, numa estrutura hierarquizada, com a atribuição de responder pelo controle da ordem social de forma mais ampla e mais profissionalizada (CARVALHO, 2007, p. 245).

A Guarda Nacional foi repassada para os Juízes de Paz, por que estes conheciam os homens pobres, escravos, mestiços, índios, negros alforriados e ciganos (ARAÚJO, 2012); por estarem mais próximos ao meio social, levando estes homens para as tropas de linhas. O objetivo era evitar que algum desordeiro aparecesse nas vilas, nas localidades, vinda de outras revoltas populares convidando-os a participarem das sedições em outras províncias. Os recrutados eram forçados a irem combater em conflitos armados e guerras. Como ocorreu no Ceará, em que os Mourão foram recrutados para combater os Balaios, na Serra da Ibiapaba<sup>13</sup>.

Esses recrutamentos tinham três objetivos distintos. Primeiro, de levar os homens facinorosos às guerras, pois caso estes morressem, não davam mais trabalho às autoridades locais em crimes e desavenças familiares; segundo estes homens conheciam a ordem da autoridade que deviam seguir; por terceiro, eram recrutados adversários políticos e da cabroeira de inimigos (ARAÚJO, 2012).

Muitos recrutados eram forçados a irem para a Guarda Nacional. Como a ideia de nacionalidade estava em formação, nos grandes centros populacionais não havia o perigo desses homens, fortemente armados por estarem na Guarda Nacional se revoltarem contra o governo provincial ou Imperial (ARAÚJO, 2012).

As revoltas, ao longo do período regencial, foram uma constante. A Revolução Farroupilha, a Cabanagem, a Sabinada e a Balaiada foram movimentos que traziam em

---

<sup>13</sup> Memórias de Alexandre Mourão (oferecidas ao Instituto do Ceará por José de C. Monte) - publicada em 1927.

seu ideário a defesa de separação do território em que aconteciam estas revoltas do resto do país, causando pavor nas elites que defendiam o poder centralizado.

### **Os Mourão e sua parentela**

Sobre a história da família Mourão, Nertan Macedo (1966) diz que o fundador do clã no Ceará, primeiro Mourão conhecido em terras do sertão e da Serra Grande, foi um pernambucano – Antônio da Silva Mourão, que habitou na fazenda Jardim, ao nordeste da então povoação de Piranhas, mais tarde Vila do Príncipe Imperial, depois Carateús, hoje Crateús. Antônio da Silva Mourão, primeiro deste nome, deixou-se permanecer no sertão do Carateús, pela segunda metade do século XVII, sob o reinado de Dom José I.

Ainda, segundo Macedo (1966), na sua propriedade, trabalhando e amando, esse primeiro Mourão fez fortuna e muitos filhos, os quais foram se espalhando e deixando descendência numerosa em todo o Norte e Nordeste. Não se conhece o nome da mulher, nem suas raízes familiares. Os filhos foram três, chamados Gonçalo José Bezerra Mourão, Antônio Mourão Filho e Maria Coelho Franco.

Sua filha, Maria Coelho Franco casou com João Ribeiro Melo, vindo de onde hoje é o estado de Alagoas. Desse casal nasceram quatro mulheres, Cosma da Silva Mourão, Catarina da Silva Mourão, Romana Maria de Melo, Joana Batista da Silva Mourão e dois homens, Sebastião Ribeiro Melo e Alexandre da Silva Mourão.

Estes dois últimos são importantes para a nossa pesquisa historiográfica, pois estes foram os genitores dos Mourão na Serra dos Cocos. Ao traçar o que ele chama de geografia dos Mourão, Macedo descreve que os filhos Sebastião e Alexandre casaram com duas irmãs, filhas do Capitão-mor de milícias Antônio de Barros Galvão (ARAÚJO, 2016); que devido ao casamento de suas filhas presenteou os dois casais com terras para trabalharem e sustentarem a família. O local chamado Boa Esperança, pertencente à freguesia de São Gonçalo, na Serra dos Cocos, ficou sob a responsabilidade do Alexandre da Silva Mourão e o sítio Canabrava<sup>14</sup>, com Sebastião Ribeiro Melo.

Melo e Mourão disseminaram-se, assim, por velhos lugares sertanejos do Ceará e do Piauí: em Príncipe Imperial (Crateús), Vila Nova do Ipu (Ipu), Pelo-Sinal (Independência), Inhamuns (em Tauá, o antigo São João do Príncipe), Vila Nova d'El Rei (Guaraciaba do Norte), no Tamboril, na Boa Viagem, no Quixeramobim, em Sobral, na zona da Uruburetama, e em largos trechos do Piauí e do Maranhão, além de terem

---

<sup>14</sup> Sítio Canabrava hoje é o atual distrito de Ararendá.

corrido muito pelas bandas de Pernambuco e da Paraíba. “Na verdade, o país dos Mourões era a Serra Grande, o Chapadão da Ibiapaba. Eles a povoaram, valentes, fecundos e numerosos, lavrando, criando e morrendo em lutas que se tornaram memoráveis na crônica do Ceará antigo” ARAÚJO, 2016, p. 14).

Alexandre e Sebastião formaram suas famílias em suas terras de trabalho e geraram a quarta geração dos Mourão. Eram sete os filhos homens de Alexandre da Silva Mourão: o Major Antônio Mourão, Manuel de Ferro Mourão, João Ribeiro Mourão, Alexandre da Silva Mourão (que herdou o nome do pai), Joaquim da Silva Mourão, José de Barros Mourão e Leandro da Silva Mourão (ARAÚJO, 2016). Abaixo tem-se um trecho de uma obra literária, que traz de forma poética o local onde os Mourão moravam: “Distrito de São Gonçalo, velho distrito de São Gonçalo dos Mourões, não já no pé da serra, como as Ipueiras dos Mourões e a Canabrava dos Mourões: no alto da serra de São Gonçalo dos Mourões, cordilheira da Ibiapaba” (MOURÃO, 1963, p. 37).

O autor elogia os Mourão em sua obra, trazendo a imagem destes, como a família que consagrou o território de São Gonçalo, enaltecendo-os. Outro ponto de vista que será apresentado, em seguida, foi extraído das memórias escritas deixadas pelo professor Manuel Ximenes de Aragão, que percorreu o território do Ceará no século XIX, e que cita em suas memórias a casa de um dos Mourão, quando passa próximo a esta:

As 5 horas, passando perto de huma caza observei que 3 homens ali existentes occupavão-se todos em limpar armas de fogo; alguma couza espantado com o que acabava de ver, e quando me achei em distância onde não podesse ver ouvido delles o que eu dissesse, perguntei a minha gente do comboio: de quem era aquela caza? Foi-me respondido que pertencia aos mourões, e o lugar chamava se Jardim; e não me quadrando bem a história, mandei acelerar a marcha, afim de me pôr distante dessa gente o mais breve que me fosse possível, principalmente tendo visto a occupação em que estavam quando passei (ARAGÃO, 1913, p. 123).

Percebe-se ao lermos os dois trechos que a imagem dos Mourão é diferente em cada uma. A primeira é poética e enaltece a parentela Mourão juntamente com a região em que moravam e a segunda, reflete uma imagem de receio, medo, repulsa acerca da história da família, que é confirmada em outras fontes. Em ambos os trechos são apresentados a imagens construída de duas épocas, a primeira de 1963 e a segunda escrita no século XIX, contemporâneos aos Mourão, mas publicada em 1913, pela Revista do Instituto do Ceará.

## Considerações finais

Nesse trabalho discutimos os conflitos familiares e políticos no interior da Província do Ceará, na vigência do período regencial. Percebemos que a região onde hoje está localizado Guaraciaba do Norte, Ipu e municípios vizinhos, tem um passado comum na formação familiar, política e eclesiástica, já que todos provêm da Freguesia de São Gonçalo.

A família daquela época sentia-se mandatária do poder local, já que o Estado se mantinha muito distante dos interiores cearenses. A família Mourão foi uma destas mandatárias, que por dispor de poder econômico e político interferiu diretamente na formação e no cotidiano das vilas imperiais do noroeste cearense, filiando-se aos partidos políticos e ocupando cargos públicos.

O contexto de instabilidade em que liberais e conservadores se sucediam indiscriminadamente no poder, contribuíram para que as desavenças familiares se estendessem a esfera pública. Discutir essas ambiguidades é importante para compreendermos o passado, mas também o presente, já que essas práticas ainda encontram muito espaço nos dias atuais.

## Referências

ARAGÃO, Manoel Ximenes de. "Memórias do professor Manoel Ximenes de Aragão: as phases de minha vida". In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, t. XXVII; 1913.

ARAUJO, F. Sadoc de. *História da Religiosidade de Guaraciaba do Norte*. Fortaleza-Ce: Imprensa oficial do Ceará, 1988.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. *Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades. Fortaleza, 2011.

ARAÚJO, Reginaldo Alves de. *Quando a ordem chegou ao sertão: as relações entre o estado imperial e as elites da região do Acaraú – Ceará (1834 – 1846)* / Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2012.

ARAÚJO, LOPES, PUH, SANTOS. André Leite, Júlio, Milan, Rafael Carli Ramos dos. *A permanência das elites no poder e suas relações com o imperador*. São Paulo. Artigo apresentado na Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História. Ano 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional (1830-1889)*. Volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX; SOUSA, Simone de. (Org.) *uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.  
FARIAS, José Airton de. *História da sociedade cearense*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2004.

LIRA, José Luiz. *Nossa Senhora dos Prazeres*. Da aparição em Portugal à devoção no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Nova Terra, 2016.

MACÊDO, Nertan. *O Bacamarte dos Mourões*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.  
MENEZES DE, Antônio Bezerra. *Notas de Viagem*. Imprensa Universitária do Ceará. Fortaleza, 1965.

PEREIRA PORTO, Patrícia de Cássia. *Narrativas memorialísticas: memória e literatura*. Revista Contemporânea de Educação. N<sup>o</sup> 12 – UFRRJ agosto/dezembro de 2011.

SANTOS, Márcia Pereira dos. *História e memória: desafios de uma relação teórica*. OPSIS, vol. 7, n<sup>o</sup> 9, UNESP/Franca: jul.- dez 2007.

SILVA, FELDMAN. Luiz Geraldo Santos da, Ariel. *Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840)*. Pernambuco. In. Topoi, v. 11, n. 21, jul. Dez. Págs. 143-163. Ano 2010.

SOUSA, Eusébio de. *Um pouco de História: crônica do Ipu*. In.: Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, Tomo XXIX, ano XXIX, 1915.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)* /Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Huctec, 2004.  
amoscanomeupao.blogspot.com/2013\_06\_01\_archive.html. Acesso 24/01/2016.  
<http://www.paroquiadeipu.com/p/historico.html>. Acesso em 21/04/2016.

---

**Bruno Moreno Soares**

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2017).

**Currículo Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/0465702545625511>

---